

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAURO SERGIO RANGEL

**SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARQUE ESTADUAL SERRA DA BOA ESPERANÇA,
MINAS GERAIS**

CURITIBA

2017

MAURO SERGIO RANGEL

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARQUE ESTADUAL SERRA DA BOA ESPERANÇA,
MINAS GERAIS

Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção de título de Especialista,
Curso MBA em Gestão Ambiental,
Universidade Federal do Paraná.

Prof. Dr. Alexandre França Tetto.

CURITIBA

2017

RESUMO

O Parque Estadual Serra da Boa Esperança é uma importante unidade de conservação do grupo proteção integral localizada no sul do estado de Minas Gerais. A unidade de conservação em questão foi criada através do Decreto Estadual 44.520, de 16 de maio de 2007, com o objetivo de preservar parte da Serra da Boa Esperança contra os avanços da ocupação humana e as atividades agrossilvipastoris, os quais até hoje se mostram como ameaça para a preservação das poucas áreas em condições primitivas e pouco alteradas existentes na região. O presente trabalho objetivou caracterizar a atual situação fundiária do Parque Estadual Serra da Boa Esperança, bem como visou analisar a efetividade da aplicação dos mecanismos de celeridade da regularização fundiária previsto na legislação em vigor, especificamente aqueles através das diferentes formas de compensação ambiental. Para isso, foi realizada pesquisa junto ao Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais sobre as áreas já regularizadas e sobre os meios de compensação utilizados para as regularizações. Os resultados mostraram que passados quase dez anos da sua criação, apenas 4,06% da área total do Parque Estadual Serra da Boa Esperança encontra-se com situação fundiária regularizada, denotando a ineficiência ou a desacertada aplicação dos mecanismos de regularização. A atual situação dificulta ações de administração por parte órgão ambiental gestor, de forma que a finalidade de conservação fica comprometida.

Palavras-chave: Parque Estadual Serra da Boa Esperança, regularização fundiária, compensações ambientais.

ABSTRACT

The Serra da Boa Esperança State Park is an important conservation unit of the integral protection group located in the south of the state of Minas Gerais. This conservation unit was created through State Decree 44.520, of May 16, 2007, with the objective of preserving part of the Serra da Boa Esperança against the advances of human occupation and agroforestry activities, which until today have been shown to be a threat to the preservation of the few areas in pristine and little altered condition still existing in the region. The objective of this study was to characterize the current land tenure situation of the Serra da Boa Esperança State Park, as well as to analyze the effectiveness of the application of hastening mechanisms for land regularization, specifically those of different forms of environmental compensation. To this end, a study was carried out with the State Forest Institute of Minas Gerais on already regularized areas and on the means of compensation used for regularization. The results show that after almost ten years since its creation, only 4.06% of the total area of the Serra da Boa Esperança State Park is in a regularized land situation, denoting the inefficiency or misapplication of the regularization mechanisms. The current situation hinders management actions by the environmental management agency, such that the intended purpose of conservation is compromised.

Keywords: Serra da Boa Esperança State Park, land regularization, environmental compensations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 OBJETIVOS	7
2.1 GERAL	7
2.2 ESPECÍFICOS	7
3 REVISÃO DE LITERATURA	8
3.1 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	9
3.2 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL POR SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA	10
3.3 COMPENSAÇÃO FLORESTAL MINERÁRIA	11
3.4 COMPENSAÇÃO DA RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	11
4 MATERIAL E MÉTODOS	13
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	13
4.2 OBTENÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	15
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
5.1 ÁREAS REGULARIZADAS	16
5.2 MECANISMOS DE REGULARIZAÇÃO UTILIZADOS	17
5.3 REDEFINIÇÃO DE ALGUNS LIMITES	18
6 CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS	22
ANEXOS	25

1 INTRODUÇÃO

O agravamento dos problemas ambientais advindos do aumento da demanda pelos recursos naturais é, há anos, internacionalmente reconhecido. A primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo em 1972, objetivou a conscientização de melhorias na relação entre o homem e o ambiente, de forma que fossem atendidas as necessidades da população presente sem comprometer o atendimento às populações futuras.

Diversas formas de compatibilizar o desenvolvimento e a conservação ambiental têm surgido. Dentre essas formas, a criação das unidades de conservação é a principal forma de conservar *in situ* os ecossistemas e os habitats naturais.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD), assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992, no seu artigo 2º, define que "área protegida" significa uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação. A conservação ambiental proporcionada pelas unidades de conservação só é eficaz se forem aplicadas restrições e normas de manejo, caso contrário a consecução dos fins pretendidos fica comprometida.

As unidades de conservação do grupo proteção integral, mais especificamente os Parques Nacionais ou Estaduais, são de posse e domínio públicos e toda a área particular localizada dentro dos limites deve ser desapropriada. Apesar disso, muitas unidades de conservação no Brasil são criadas através de decretos de utilidade pública, contudo sem possuir situação fundiária definida.

Recursos financeiros insuficientes e a falta de interesse do Poder Público figuram como os fatores mais relevantes na problemática situação fundiária das unidades de conservação de proteção integral brasileiras. Nas unidades de conservação no estado de Minas Gerais as condições não são diferentes.

A regularização fundiária das unidades de proteção integral torna-se imprescindível por tornar possíveis e adequadas as formas de proteção com interrupção das atividades incompatíveis, por proporcionar a plena administração por parte do órgão ambiental gestor e por tornar possível a efetiva implementação de plano de manejo.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Realizar um diagnóstico da situação fundiária do Parque Estadual da Serra da Boa Esperança, no estado e Minas Gerais.

2.2 ESPECÍFICOS

Pesquisar o quantitativo de áreas já regularizadas dentro da unidade de conservação;

Analisar se os meios previstos na legislação ambiental em vigor são utilizados na regularização fundiária da unidade de conservação;

Apontar as possíveis dificuldades para a regularização fundiária da unidade de conservação.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no inciso I do artigo 2º, conceitua unidade de conservação como sendo o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL,2000).

Conforme artigo 8º, inciso III, encontram-se no grupo das unidades de conservação de proteção integral os parques nacionais, assim como os parques estaduais. Os parques nacionais, de acordo com o artigo 11º, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividade de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O mesmo objetivo pode ser estendido para os parques estaduais.

Importante ressaltar que, de acordo com o artigo 11º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 9.985/2000, que os parques nacionais ou estaduais são de domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas (BRASIL,2000). Neste sentido, entende-se por regularização fundiária a discriminação das terras pertencentes aos limites da unidade de conservação, envolvendo a identificação de terras devolutas e de todos os proprietários e posseiros presentes na área (CASTRO, 2009).

O Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, o qual dispõe sobre desapropriações por utilidade pública preconiza no seu artigo 2º, que mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios (BRASIL,1941).

No estado de Minas Gerais, compete ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) a administração e a conservação dos parques estaduais, conforme inciso III do artigo 2º da Lei 8.666, de 21 de setembro de 1.984 (MINAS GERAIS, 1.984). Compete ainda ao Instituto Estadual de Florestas a aquisição dos imóveis e respectivas benfeitorias que constituem as unidades de conservação (IEF, 2017).

O Instituto Estadual de Florestas utiliza de algumas formas previstas em legislações e seus regulamentos com vistas em acelerar a regularização fundiária das unidades de conservação no estado de Minas Gerais, como as compensações ambientais, a compensação florestal minerária e a compensação da Reserva Legal em unidade de conservação (IEF, 2017).

3.1 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A compensação ambiental, estabelecida pelo artigo 36º da Lei Federal nº 9.985/2000 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, obriga o empreendedor, no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, a apoiar a implantação e a manutenção de unidade de conservação do grupo proteção integral. O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade é fixado pelo órgão ambiental licenciador de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento, não podendo o montante ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento (BRASIL, 2000).

No estado de Minas Gerais, o Decreto Estadual nº 45.175, de 17 de setembro de 2009, estabelece metodologia de gradação de impacto ambiental e estabelece procedimento para a aplicação da compensação ambiental (MINAS GERAIS, 2009) e a Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012, fixa os procedimentos para a formalização de processo de compensação ambiental (IEF, 2012), a que se refere o artigo 7º, parágrafo 1º, do Decreto Estadual 45.175/2009.

O Parque Estadual Serra da Boa Esperança não possui cadastro válido junto ao ministério de Meio Ambiente, impedindo o recebimento de benefício dos recursos de compensação ambiental (AMBRÓSIO, 2014).

3.2 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL POR SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, conforme artigo 17º da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica (BRASIL, 2006).

As definições de vegetação primária e vegetação secundária são oferecidas pela Resolução CONAMA nº 392, de 25 de junho de 2007. Vegetação nativa primária é aquela de máxima expressão local e com grande diversidade biológica, onde os efeitos das ações antrópicas são mínimos ou ausentes a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e espécies. Já a vegetação nativa secundária é aquela resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária (CONAMA, 2007).

No estado de Minas Gerais, a Deliberação Normativa COPAM nº 73, de 8 de setembro de 2004, o parágrafo 4º, do artigo 4º, determina que a compensação ambiental por supressão de vegetação nativa primária ou secundária nos estágios médio e avançado de regeneração natural, do bioma Mata Atlântica, seja na proporção de, no mínimo, duas vezes a área suprimida (COPAM, 2004).

Também no estado de Minas Gerais, a Portaria IEF nº 30, de 3 de fevereiro de 2015, estabelece diretrizes e procedimentos para o cumprimento da compensação ambiental decorrente do corte e da supressão de vegetação nativa primária ou secundária nos estágios médio e avançado de regeneração natural, do bioma Mata Atlântica. O inciso II, do artigo 2º da referida Portaria prevê que tal compensação pode ser realizada mediante doação ao Poder Público, de área localizada no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, localizada na mesma bacia hidrográfica, no mesmo estado e, sempre que possível, na mesma microbacia (IEF, 2015).

3.3 COMPENSAÇÃO FLORESTAL MINERÁRIA

O artigo 75º da Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, impõe que o empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fique condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que resulte na regularização fundiária, na criação ou na ampliação de unidade de conservação do grupo de proteção integral. Ressalta-se que a compensação florestal minerária considera a equivalência e a proporcionalidade da área de vegetação nativa proposta para supressão pelo empreendimento com a área ofertada à título de compensação (MINAS GERAIS, 2013). Os procedimentos para o cumprimento da compensação em questão são estabelecidos pela Portaria IEF nº 90, de 1 de setembro de 2014, (IEF, 2014).

3.4 COMPENSAÇÃO DA RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A compensação da reserva legal em unidade de conservação pendente de regularização fundiária, conforme possibilidade recepcionada no artigo 66º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, trata-se da alternativa para a regularização da reserva legal através da doação ao poder público de área localizada no interior de unidade de conservação de proteção integral de domínio público. Frise-se que tal alternativa é possível apenas para propriedades que detinham, em 22 de julho de 2008, área de reserva legal em extensão inferior ao percentual mínimo de 20% da área total do imóvel (BRASIL 2012).

No estado de Minas Gerais a compensação da Reserva Legal em unidade de conservação é regulamentada desde o ano de 2009, com o advento da Deliberação Normativa nº 132, de 15 de abril de 2009 (COPAM, 2009). No ano de 2013 tal Deliberação Normativa fora revogada com a promulgação da Deliberação Normativa nº 181, de 5 de abril de 2013 (COPAM, 2013), que por sua vez fora revogada com a promulgação Deliberação Normativa COPAM nº 200, de 13 de agosto de 2014 (COPAM, 2014).

Atualmente em vigor, a Deliberação Normativa COPAM nº 200/2014 estabelece critérios gerais para a compensação da Reserva Legal em unidades de conservação pendentes de regularização fundiária. Além da referida deliberação, a

Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 2.225, de 26 de novembro de 2014, estabelece os procedimentos a serem adotados para a compensação da Reserva Legal em unidade de conservação. A compensação em questão deverá ocorrer em área pertencente ao mesmo bioma do imóvel rural com passivo de regularização de Reserva Legal, conforme Mapa de Biomas do Brasil do IBGE (MINAS GERAIS, 2014).

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Parque Estadual da Serra da Boa Esperança é uma unidade de conservação criada por meio do Decreto Estadual nº 44.520, de 16 de maio de 2007. Tal unidade de conservação está localizada no município de Boa Esperança, no sul do estado de Minas Gerais (FIGURA 1). Sua área total é de 5.873,9960 ha e seu perímetro é de 87.010,51 m (MINAS GERAIS, 2007).



FIGURA 1 – Localização do Parque Estadual Serra da Boa Esperança.

FONTE: Zoneamento Ecológico e Econômico de Minas Gerais (2017), modificado pelo autor.

A unidade de conservação em questão está totalmente inserida no Bioma Cerrado, conforme Mapa de Biomas do Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) (ANEXO 1), contudo em região de transição para o Bioma Mata Atlântica. A fitofisionomia predominante é a Campo de Altitude, com significativas ocorrências da fitofisionomia Floresta Estacional Semidecidual (FIGURA 2).

O Parque Estadual Serra da Boa Esperança possui expressivo potencial turístico considerando a notável beleza cênica proporcionada pelas áreas de

vegetação nativa ainda preservadas, pelos cumes de suas serras, pelos cânions, e pelos cursos d'água cristalina com cachoeiras.

A criação da unidade de conservação foi motivada pela preocupação com o avanço da ocupação humana e com a ampliação da agricultura que ainda ameaçam o patrimônio natural formado pela Serra da Boa Esperança (IEF, 2007).

O grau de conservação da vegetação nativa na região onde o Parque Estadual Serra da Boa Esperança está inserido apresenta-se predominantemente como muito baixa, salvo ocorrências em alguns locais onde o grau varia de baixo a muito alto, conforme o Zoneamento Ecológico e Econômico de Minas Gerais (ZEE-MG) (ANEXO 2).



FIGURA 2 – Fotografias das fitofisionomias ocorrentes no Parque Estadual Serra da Boa Esperança.
FONTE: Fotógrafo Luiz Braga.

4.2 OBTENÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para a obtenção dos dados referentes à área de estudo foram realizadas pesquisas junto ao Instituto Estadual de Florestas através de reuniões com a Gerência de Regularização Fundiária (GEREF) e com a Gerência da Unidade de Conservação do Parque Estadual Serra da Boa Esperança nos meses de fevereiro e março de 2017.

Nessas reuniões foi tratado sobre o quantitativo de áreas em situação fundiária já regularizada, sobre as formas previstas na legislação em vigor utilizadas para a realização das regularizações, sobre as dificuldades encontradas pelo referido instituto em realizar as regularizações num menor espaço de tempo e sobre a redefinição dos limites da unidade de conservação, de forma que áreas preservadas fossem incorporadas e áreas produtivas fossem desincorporadas.

Além da realização de reuniões, foram feitas pesquisas junto ao site do Instituto Estadual de Florestas para a aquisição de informações sobre a regularização fundiária da unidade de conservação Parque Estadual Serra da Boa Esperança.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ÁREAS REGULARIZADAS

Transcorridos dez anos após a criação do Parque Estadual Serra da Boa Esperança, as áreas com situação fundiária regularizada somam 238,4444 ha, ou seja, em 4,06% da área total da unidade de conservação consta como proprietário o Instituto Estadual de Florestas.

Na Tabela 1 têm-se apresentados os antigos nomes, as matrículas e as áreas das propriedades localizadas dentro da unidade de conservação com situação fundiária já regularizada. A Tabela 1 é resultado da compilação de dados fornecidos pela Gerencia de Regularização Fundiária.

Na Figura 7 são apontadas na cor verde as localizações das áreas com situação fundiária já regularizada.

TABELA 1 - Antigos nomes, matrículas e áreas das propriedades localizadas dentro do Parque Estadual Serra da Boa Esperança doadas ao poder público através da compensação da Reserva Legal em unidade de conservação.

NOME	MATRÍCULA	ÁREA (ha)
Fazenda Planalto II	28.082	12,1762
Fazenda Planalto II	28.083	28,1658
Sítio Lagoa Azul	27.442	12,1999
Fazenda Mula Preta e União	27.443	31,6498
Fazenda Índia	29.050	23,4849
Sítio Lagoa Azul	27.485	33,8163
Fazenda Branquinho	28.175	11,0906
Fazenda Branquinho	29.037	38,2077
Fazenda Branquinho	29.076	47,6532
TOTAL		238,4444

FONTE: Gerência de Regularização Fundiária (2017)

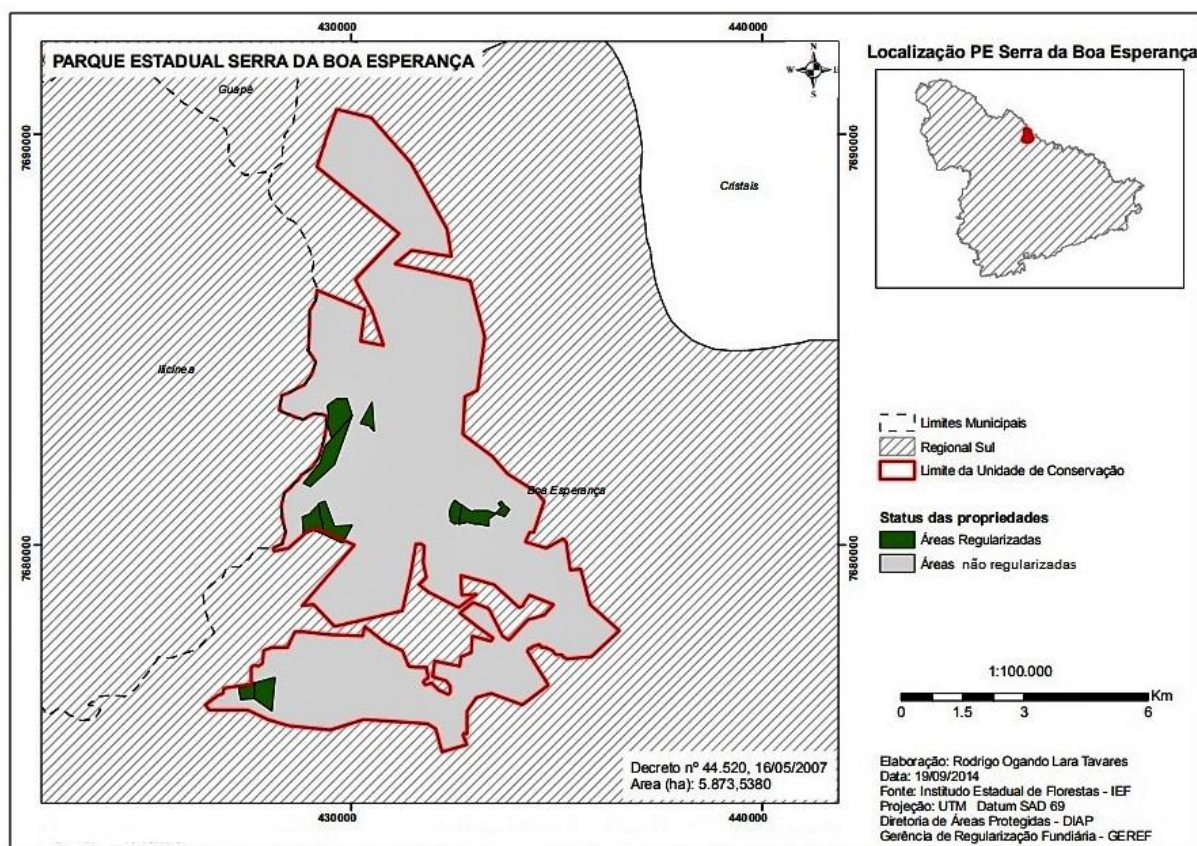


FIGURA 7 – Áreas com situação fundiária regularizada e não regularizada no Parque Estadual Serra da Boa Esperança.

FONTE: Instituto Estadual de Florestas (2017).

5.2 MECANISMOS DE REGULARIZAÇÃO UTILIZADOS

Todas as regularizações até agora realizadas foram através do mecanismo de compensação da reserva legal em unidade de conservação

A unidade de conservação em questão, até o presente momento, não possui áreas com situação fundiária regularizada através da compensação ambiental estabelecida pelo artigo 36º da Lei Federal 9.985/2000. Cumpre destacar que, na região onde o Parque Estadual Serra da Boa Esperança está inserido, existem empreendimentos de significativo impacto ambiental. As compensações ambientais, impostas no âmbito do licenciamento ambiental desses empreendimentos, poderiam ser direcionadas para a regularização fundiária de áreas inseridas no Parque Estadual Serra da Boa Esperança.

Outra forma de compensação ambiental que ainda não beneficiou a regularização fundiária do Parque Estadual Serra da Boa Esperança é a compensação ambiental por supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica,

conforme fixada no artigo 17º da Lei Federal 11.428/2006. A unidade de conservação possui expressivos remanescentes da fitofisionomia Floresta Estacional Semidecidual. Tais remanescentes poderiam ser objeto de compensação ambiental de empreendimentos que promovam a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio e avançado de regeneração natural, do Bioma Mata Atlântica.

A vocação minerária da região onde o Parque Estadual Serra da Boa Esperança está inserido é pequena, de forma que as compensações impostas ao minerador, conforme artigo 75º da Lei Estadual 20.922/13, não possam contribuir significativamente para a regularização fundiária de áreas inseridas dentro da unidade de conservação.

5.3 REDEFINIÇÃO DE ALGUNS LIMITES

O Parque Estadual Serra da Boa Esperança, próximo à alguns dos seus limites, possui incorporadas à sua área algumas propriedades produtivas, principalmente nas atividades de cafeicultura e de bovinocultura de corte (FIGURA 8). Por outro lado, propriedades com expressivas áreas compostas por vegetação nativa não foram integradas à unidade de conservação (FIGURA 9).

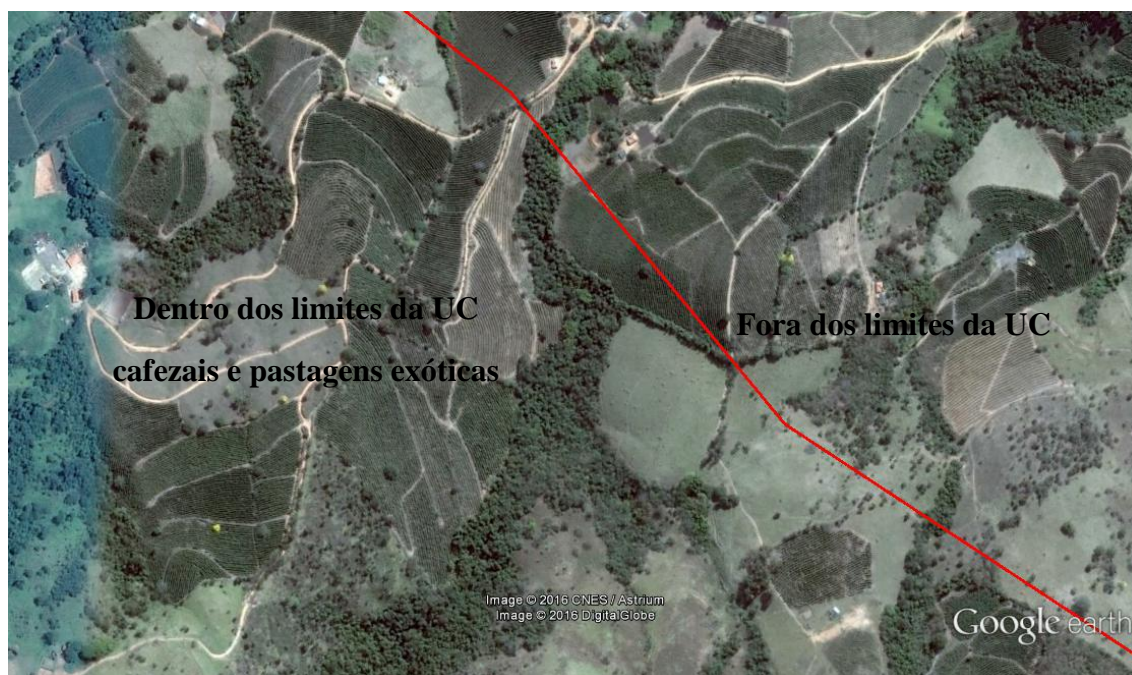


FIGURA 8 - Limites do Parque Estadual Serra da Boa Esperança.
FONTE: Google Earth (2017) e IEF (2017), elaborados pelo autor.

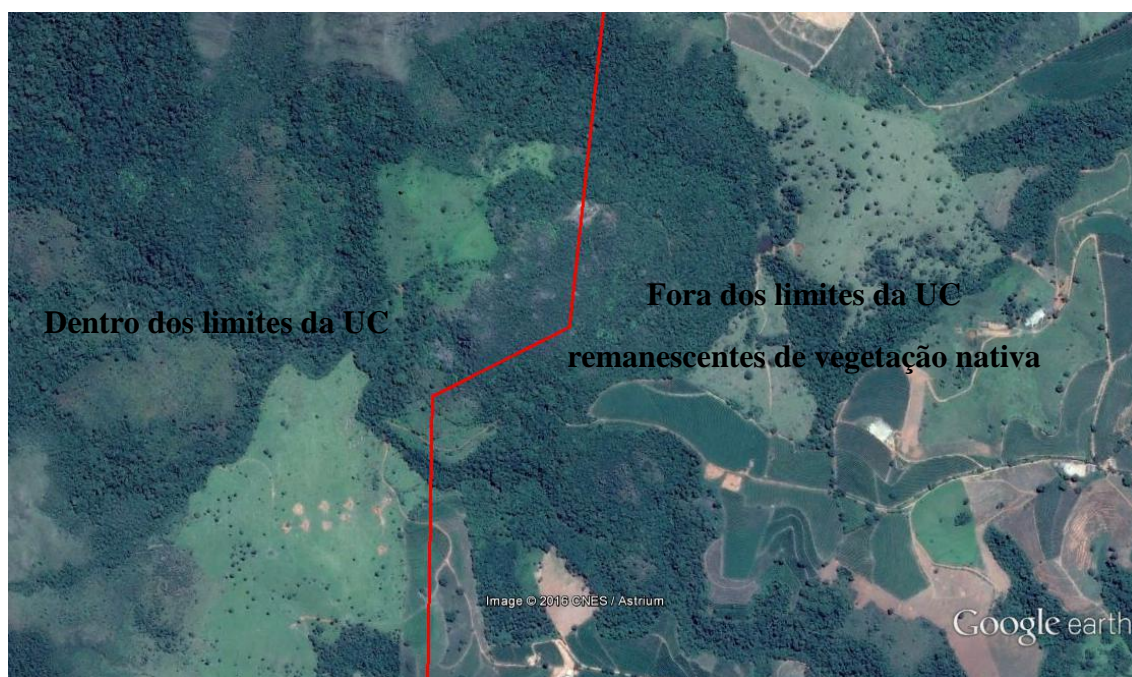


FIGURA 9 - Limites do Parque Estadual Serra da Boa Esperança.
FONTE: Google Earth (2017) e IEF (2017), elaborados pelo autor.

A definição desses limites do Parque Estadual da Serra da Boa Esperança aparentemente denota que os estudos técnicos que precederam as definições da dimensão e dos limites da unidade de conservação não foram devidamente elaborados ou, se os estudos foram adequadamente realizados, provavelmente não

foram utilizados como subsídios na forma correta, visto que expressivas áreas compostas por vegetação nativa não foram integradas à unidade de conservação, ao passo que áreas em franca produção agrossilvipastoril, principalmente nas atividades de cafeicultura e de bovinocultura de corte, foram incorporadas.

Por certo é essa a maior dificuldade a ser resolvida na regularização da unidade de conservação. A comercialização ou mesmo a desapropriação de áreas produtivas são mais difíceis por serem áreas de maior valor agregado. Além disso, desapropriações de áreas produtivas culminariam em consequências econômicas e sociais negativas, visto que a agricultura é o setor que mais gera emprego e renda na região onde a unidade de conservação está inserida.

Assim sendo, torna-se importante a redefinição de alguns dos limites, de forma que áreas compostas por vegetação nativa contíguas à unidade de conservação sejam incorporadas e áreas produtivas localizadas no interior do Parque Estadual Serra da Boa Esperança e próximas dos limites, sejam desincorporadas.

6 CONCLUSÃO

O Parque Estadual Serra da Boa Esperança possui uma diminuta parcela da sua área total com situação fundiária regularizada, mesmo sendo uma unidade de conservação criada já há quase dez anos.

Os diferentes artifícios previstos na legislação que visam dar celeridade à regularização fundiária da unidade de conservação não funcionam em sua plenitude.

A incorporação à unidade de conservação de algumas unidades plenamente produtivas dificulta a regularização fundiária de algumas áreas, tornando essencial a redefinição de alguns limites.

A deficiente regularização fundiária certamente compromete o alcance do objetivo de conservação e, assim sendo, o lesto avanço na regularização fundiária dos 96% ainda não regularizados torna-se imprescindível à preservação do Parque Estadual Serra da Boa Esperança.

REFERÊNCIAS

AMBRÓSIO, R. V. **Situação fundiárias dos parques estaduais de Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 2014. 156p.

BRASIL. **Decreto nº 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília 2002. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. **Decreto Lei nº 3.365**, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Brasília 2002. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

_____. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília 2000. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. **Lei nº 11.428**, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. **Resolução CONAMA nº 392**, de 25 de junho de 2007. Definição de vegetação primária e secundária de regeneração de Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais. Brasília. 2007. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

CASTRO, C. A. M. A regularização fundiária em unidades de conservação no estado de Minas Gerais. In: SÃO PAULO. Secretaria de Meio Ambiente; FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Regularização fundiária em unidades de conservação: as experiências dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro**. São Paulo: IMESP, 2009. P. 49-100.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL. **Deliberação Normativa COPAM nº 73**, de 8 de setembro de 2004. Dispõe sobre a caracterização da Mata Atlântica no estado de Minas Gerais, as normas de utilização da vegetação nos seus domínios e dá outras providências. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

_____. **Deliberação Normativa nº 132**, de 15 de abril de 2009. Estabelece e procedimentos a serem observados na análise jurídica dos processos administrativos e de regularização ambiental que têm por finalidade a exoneração da obrigação de reserva legal com a doação de áreas equivalentes em unidades de conservação do grupo de proteção integral, que necessitem de regularização fundiária. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. **Deliberação Normativa nº 181**, de 5 de abril de 2013. Estabelece os procedimentos para formalização dos processos de regularização ambiental que têm por finalidade a compensação social de reserva legal mediante a doação de áreas em unidades de conservação de proteção integral pendentes de regularização fundiária no estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. **Deliberação Normativa nº 200**, de 13 de agosto de 2014. Estabelece critérios gerais para compensação de Reserva Legal em unidades de conservação de domínio público, pendentes de regularização fundiária no estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 2014. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa de biomas do Brasil**. IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/2105200biomas.shtm>. Acesso em: 28 mar. 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Portaria nº 55**, de 23 de abril de 2012. Estabelece procedimentos para a formalização de processos de compensação ambiental, a que se refere o art. 7º, § 1º do Decreto Estadual nº 45.175/2009 e dá outras providências. Belo Horizonte 2012. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. **Portaria nº 90**, de 1 de setembro de 2014. Estabelece procedimentos para o cumprimento da medida compensatória a que se refere o Art. 75 da Lei Estadual nº.: 20.922/2013 e dá outras providências. Belo Horizonte 2014. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. **Portaria IEF nº 30**, de 3 de fevereiro de 2015. Estabelece diretrizes e procedimentos para o cumprimento da compensação ambiental decorrente do corte e da supressão da vegetação nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica e dá outras providências. Belo Horizonte 2014. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MINAS GERAIS. **Lei nº 8.666, de 21 de setembro de 1984**. Altera dispositivos da Lei nº 2.606, de 5 de janeiro de 1962, que criou o Instituto Estadual de Florestas - IEF. Belo Horizonte 1984. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2017.

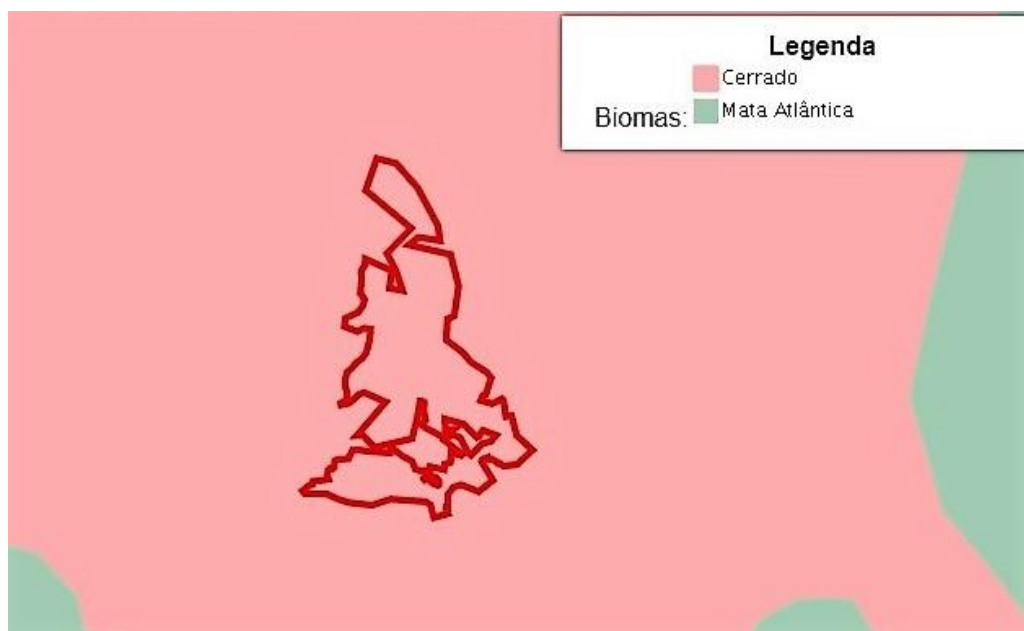
_____. **Decreto nº 44.520**, de 16 de maio de 2007. Cria o Parque Estadual Serra da Boa Esperança, e declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio, os imóveis a que se refere, no município de Boa Esperança. Belo Horizonte 2007. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2017.

_____. **Decreto nº 45.175**, de 17 de setembro de 2009. Estabelece metodologia de gradação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental. Belo Horizonte 2009. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

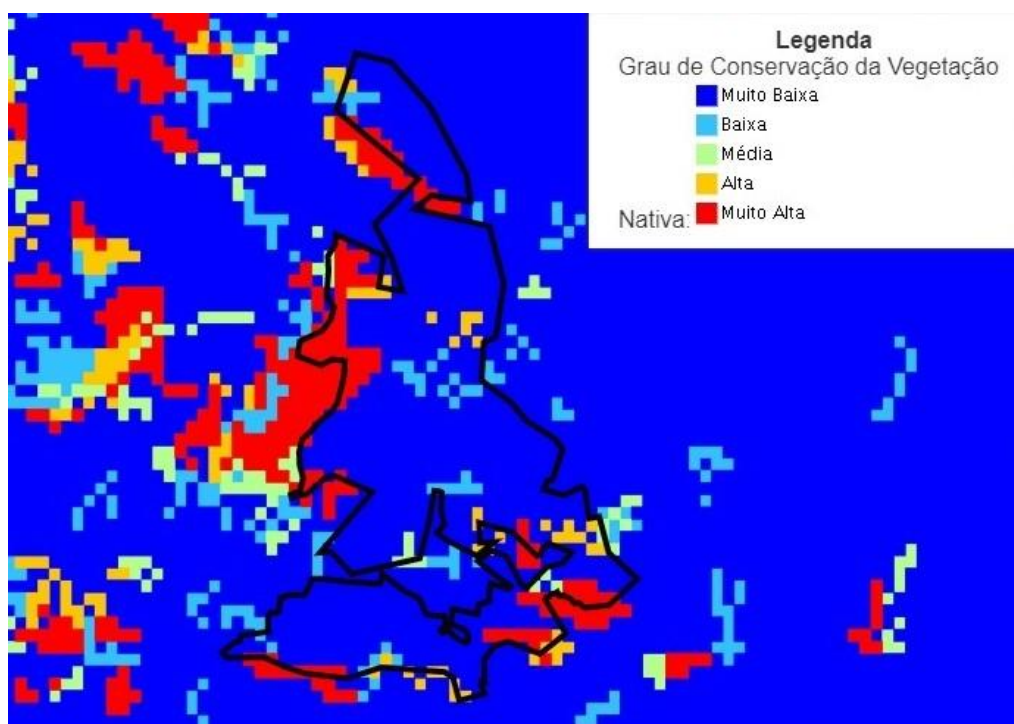
_____. **Lei nº 20.922**, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no estado. Belo Horizonte 2013. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Resolução Conjunta nº 2.225**, de 26 de novembro de 2014. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a compensação de Reserva Legal em unidades de conservação de domínio público, pendentes de regularização fundiária. Belo Horizonte 2014. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

ANEXOS



ANEXO 1 – Localização do Parque Estadual Serra da Boa Esperança no Mapa de Biomas IBGE 2004.
FONTE: Zoneamento Ecológico e Econômico de Minas Gerais (2017), modificado pelo autor.



ANEXO 2 – Grau de conservação da vegetação nativa da região onde o Parque Estadual Serra da Boa Esperança está inserido.
FONTE: Zoneamento Ecológico e Econômico de Minas Gerais (2017), modificado pelo autor.